



Anais da Assembléia

N.º 75

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE JUNHO DE 1993.

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes**: - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN**: José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** – 06: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes**: Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** – 09: José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Mächuca; **Suplentes**: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** – 01: Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes**: Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes**: Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** – 01: Carlos Xavier Simões; **Suplentes**: Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE** – 06: Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados**: Luiz Carlos Cafo Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania.

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 56.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 1993

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Basílio Zanusso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Costenaro Neto, Ernani Pudell, Eurides Moura, Neivo Beraldin, Nereu Alves de Moura e Rossoni (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIO N.^o 2064/93

Curitiba, 09 de junho de 1993.
Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 09 de junho, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

(a) ROSSONI

OFÍCIO n.^o 1143/93

Senhor Presidente.

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o Anteprojeto de Lei, bem como a Justificativa, referente à adaptação na estrutura de cargos do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

(a) RAFAEL IATAURO

Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.^o - Ficam criados 03 (três) cargos de provimento efetivo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas.

Parágrafo Único - Os Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, serão nomeados pelo Governador do Estado, após habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, dentre brasileiros natos ou naturalizados, bacharéis em Direito, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil e de ilibada reputação.

Art. 2.^o - Ficam criados na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas 02 (dois) cargos de Assessor Jurídico, AJ-3/I, de provimento efetivo e 01 (um) cargo em Comissão, símbolo DAS-2, de Assessor Econômico.

Art. 3.^o - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 4.^o - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O advento da Constituição Federal de 1988, representou considerável ampliação das incumbências do Tribunal, materializadas no controle operacional, instituto das denúncias e apreciação da legalidade dos atos de admissão nos vários segmentos do Poder Público.

Mais recentemente, a criação de quase cinco dezenas de Municípios proporcionou formidável aumento do número de consultas e orientação jurídica, necessários para o bom andamento da gestão.

A Procuradoria do Estado, que atua na estrutura orgânica do Tribunal de Contas é o grande funil por onde passam, necessária e obrigatoriamente, todos os processos submetidos à deliberação constitucional e legal da Corte de Contas.

As matérias são complexas, de alta indagação jurídica, e necessitam certo grau de rapidez na sua interpretação, à luz da própria velocidade operacional do Poder

Público.

A realidade dos trabalhos desenvolvidos, a expressiva quantidade numérica de feitos e sua própria heterogeneidade, estão congestionando os serviços da Procuradoria, a par de causarem visível prejuízo à melhor análise de seu conteúdo.

A tradição do Tribunal de Contas do Paraná é a de órgão partícipe, ágil, severo e de decidido apoio ao Legislativo.

A proposta de criação de mais 3 (três) cargos de Procurador, portanto, objetiva a, fundamentalmente, proporcionar melhores condições de funcionamento à Procuradoria do Estado, que atua no Tribunal, ensejando-lhe ação rápida, segura e, como lhe convém, consentânea com as regras básicas que orientam o enfoque jurídico.

As razões acima suportam, igualmente, a complementação que se pleiteia, por necessária, com novos assessores no Quadro funcional da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1788

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, Dispensa de Discussão e Votação da Redação Final para os Projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 1768

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 053/93, de autoria do nobre Deputado Carlos Simões, da Ordem do Dia, por 10 Sessões.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) DOMINGOS CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1744

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, autorização para viagem ao exterior, por um período de cinco (05) dias, a partir desta data, sem ônus para este Poder.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1791

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, ouvido o Plenário seja inserido em Ata dos Trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Adalberto Tadeu Vorobi, ocorrido em data de ontem, vítima de lamentável acidente ocorrido na última 2ª feira nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Adalberto Tadeu Vorobi, conhecido por Russinho, foi um dos mais brilhantes atacantes do futebol paranaense nos últimos anos. Iniciou sua carreira no Bola de Ouro, um time amador do Bairro de Uberaba onde nasceu e foi criado, esteve rapidamente no Palestra Itália e foi para o Água Verde hoje Paraná Clube onde teve sua mais brilhante atuação como futebolista. Foi um dos principais artilheiros do Campeonato de 1967, quando o Água Verde sagrou-se campeão paranaense, marcando inclusive o gol que deu o título ao time em jogo disputado contra o Grêmio de Maringá, no Estádio Durival de Brito, na Vila Capanema. Sua fama atravessou fronteiras e pela sua velocidade e chute forte, foi contratado pelo São Paulo, no time paulista se destacou e marcou vários gols. Depois voltou ao futebol do Estado do Paraná onde atuou em Bandeirantes pelo time União Bandeirantes, passando por diversos times até encerrar sua carreira ainda jovem.

REQUERIMENTO N° 1795

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Paraná votos de congratulações à Sra. Tânia de Andrade Vieira e à Associação dos Funcionários do Banco Bamerindus do Brasil S/A, pela realização da Campanha do Agasalho/1993.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Atividade de caráter social desenvolvida já tradicionalmente pelo Bamerindus no nosso Estado, a Campanha da Associação dos Funcionários daquele banco é presidida pela excelentíssima Senhora Tânia de Andrade Vieira e tem como objetivo angariar agasalhos para amenizar o impacto do rigoroso inverno paranaense sobre a população mais carente.

Neste ano de 1993, mais uma vez a Campanha do Agasalho atingiu plenamente seus objetivos: 270 toneladas de agasalhos, em menos de 30 dias, foram arrecadadas para atender a mais de 1.200 entidades assistenciais em todo o Estado.

Esses resultados só puderam ser obtidos pela sensibilidade da população paranaense diante da campanha e pela dedicação a ela de todos os funcionários do Bamerindus.

Por esta razão, pelo belo serviço prestado ao nosso Estado, sobretudo à população carente, requeremos o presente voto de congratulações à Associação Bamerindus e à Sra. Tânia de Andrade Vieira, promotora e coordenadora da campanha, respectivamente.

REQUERIMENTO N° 1796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações, ao Capitão de Mar e Guerra Nelson Pessoa Martinelli, Capitão dos Portos do Estado do Paraná, pela Passagem do 128° aniversário da Batalha Naval de Riachuelo, cujas comemorações ocorreram hoje na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Como é de conhecimento geral, nesse mês de junho, comemoramos o 128° aniversário da Batalha Naval de Riachuelo, acontecimento importante na vida histórica de nossa Nação, cujos fatos registraram para a eternidade, a participação valorosa de inúmeros brasileiros, e que marcaram época.

Nesse sentido, a Capitania dos Portos do Estado do Paraná, realizou hoje em Paranaguá as respectivas comemorações, e por isso, solicitamos que seja endereçado ao Capitão de Mar e Guerra Nelson Pessoa Martinelli, Capitão dos Portos do Estado do Paraná, à Rua Benjamim Constante, 702, CEP: 83203-450 - Paranaguá, manifestando os Votos de Congratulações pelo evento realizado.

REQUERIMENTO N° 1798

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de um Voto de Congratulações, ao Cidadão Siegfried Bovind - Zico - pela eleição à Presidência da ACIPI - Associação do Comércio e Indústria de Pinhais.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Pinhais, recentemente instalado, está em todos os setores de atividades num processo de evolução, e dentro desse contexto expansionista está a Associação do Comércio e Indústria de Pinhais (ACIPI), que ontem, dia 08 de junho,

Curitiba, quarta, em 09.06.93

elegeu como seu novo Presidente o Empresário Siegfried Bovind, o conhecidíssimo ZICO, que, pela sua experiência nas atividades profissionais, por certo, conduzirá a entidade e seus melhores caminhos de glória e dias de muito sucesso.

Nesse sentido, apresentamos os Votos de Congratulações, ao mesmo, extensivo a seus companheiros de Diretoria, para que seja enviado à Rua Rio Solimões, 896 - CEP: 83300-000 - Pinhais - PR, pelas suas eleições aquela entidade.

REQUERIMENTO N° 1755

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que conste nos anais da Casa, voto de congratulações, aplauso e louvor ao médico Ruddy Facci, que foi eleito presidente da Associação Nacional de Médicos do Trabalho. Trata-se de importante Entidade, congregando mais de 1.500 profissionais de todo o país, preocupados com o volume crescente de acidentes do trabalho. Um paranaense, qualificado grande líder, acaba de ser eleito presidente desta Entidade e por isto, propomos o reconhecimento público a ele, desejando sucesso e todo êxito nesta dura empreitada!

Sala das Sessões, em 09.06.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1797

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Votos de Aplausos, ao Capitão do Mar e Guerra Senhor Nelson Pessoa Martinelli, Capitão dos Portos do Paraná, pela sua admissão no próximo dia 11, no Grau de Cavaleiro na Ordem de Mérito Naval.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Paranaguá que, hoje tem como seu concidadão o Capitão de Mar e Guerra Nelson Pessoa Martinelli, Capitão dos Portos do Estado, se rejubila, pois aquele brioso militar, que há anos tem dado sua contribuição as Forças Armadas, será homenageado no próximo dia 11, em Florianópolis durante as comemorações do 128° aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, na Escola de Aprendizes de Marinheiro, com o honroso grau de Cavaleiro na Ordem do Mérito Naval.

Diante desse fato, solicitamos que seja enviado ao mesmo os Votos de Aplausos, pois em sua carreira, essa conquista representa um passo importante, o que nos enche de muito orgulho.

REQUERIMENTO N° 1746

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Doutor Roberto Requião, DD. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Doutor José Moacir Favetti, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Militar do Município de PINHAO.

A viatura utilizada pela Polícia Militar de PINHAO é um Volks Sedan em péssimas condições e, além de ser a única existente para fazer o atendimento à população do município, não é adequada pois, quando cabem os policiais não cabem os detidos e vice-versa.

Assim sendo, a doação de uma viatura em bom estado para uso da Polícia Militar é de suma importância para garantir a segurança da população pinhalense.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1747

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Exmo. Senhor Doutor Roberto Requião, DD. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Deputado Durval Amaral, DD. Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social, solicitando a implantação do Projeto de Hidrossolúveis "VACA MECÂNICA", no Município de PINHAO.

A viabilização do referido projeto é de necessidade vital e virá de encontro aos anseios da população carente beneficiando cerca de 20 mil pessoas; pois, apesar do Município de Pinhão ser essencialmente agrícola e concentrar grande parte da mão-de-obra produtiva no campo, é cada vez maior a migração do homem do campo para a cidade, engrossando os bolsões da miséria.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1749

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social solicitando a inclusão do Município de PINHAO no Programa de Assentamentos Rural e Urbano da SETA.

O Município de Pinhão, recebeu 117 famílias que foram assentadas pelo INCRA.

Essas famílias moram em barracos, sem as mínimas condições de vida.

São formadas por trabalhadores rurais volantes e "sem terra" que necessitam de orientação para organizar-se e desenvolver atividades produtivas comuns.

Seus filhos necessitam ter acesso à educação escolar e ao mínimo necessário para preservar seus direitos de cidadãos.

Por isso, a inclusão do assentamento dessas 117 famílias do Município de Pinhão no "Programa de Assentamentos Rural e Urbano" da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social é primordial, pois as ações integradas de desenvolvimento nas áreas de produção, habitação, educação, abastecimento e desenvolvimento cooperativo, darão à essas famílias o direito de uma vida digna e salutar.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1750

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Exmo. Sr. Doutor Roberto Requião, DD. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Deputado Durval Amaral, DD. Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social, solicitando a ampliação do prazo e repasse de recursos financeiros para a conclusão das obras do prédio destinado à implantação do Projeto de Processamento de Hidrossolúveis "VACA MECÂNICA", objeto do convênio firmado entre a SETA e a Prefeitura Municipal de Ivaí, em 1991, em consórcio com as Prefeituras de Imbituva e Ipiranga.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Diante dos poucos recursos que pode dispor, a Prefeitura Municipal de Ivaí vê-se impossibilitada de concluir a obra no exíguo prazo de 30 dias concedido pela SETA, uma vez que o referido convênio foi firmado pela administração anterior e as obras de construção do prédio destinado a receber o equipamento encontram-se somente com as paredes levantadas.

Assim, diante a importância para a comunidade ivaiense a manutenção do convênio e a urgente implantação dos equipamentos para Processamento de Hidrossolúveis Leite de Soja e Sopas Cremosas, reitero o pedido do Exmo. Prefeito Municipal.

REQUERIMENTO N° 1751

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Doutor Roberto Requião, DD. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Doutor José Moacir Favetti,

DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Civil do Município de Ivaí.

A polícia Civil de Ivaí visa garantir, com a devida eficácia, a segurança dos moradores do município, contudo muitas vezes seu trabalho é prejudicado em razão da viatura utilizada pelos policiais encontrar-se em precárias condições.

Assim, objetivando um atendimento melhor e mais ágil à população invaiense é que pleiteamos a doação de um veículo em bom estado para uso da Delegacia de Ivaí.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1752

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Doutor Roberto Requião, DD. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Doutor José Moacir Favetti, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Militar de Ivaí.

É de extrema importância e necessidade a doação de uma viatura para uso da Polícia Militar de Ivaí, visto a situação precária que se encontra a que está sendo utilizada, não oferecendo as condições essenciais para auxiliar o bom trabalho desenvolvido pelos valorosos policiais militares em prol da comunidade.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1770

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Governador do Estado do Paraná, Doutor Roberto Requião de Mello e Silva, e ao Secretário de Estado da Educação, Doutor Elias Abrahão, solicitando providências para que seja construída e instalada no Município de PAIÇANDU, uma Escola Estadual de Regime Integral, conforme justificca.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

O Município de Paçandu, segundo estimativa do IBGE, tem tido uma explosão demográfica considerável, num crescimento vegetativo de 30% ao ano, tendo hoje, aproximadamente cerca de 40.000 habitantes. Esse fenômeno vem ocorrendo nesses três últimos anos. O fator preponderante desse crescimento é a situação geográfica de Paçandu, ao lado de Maringá, praticamente emendando as duas cidades, fomando a

Região Metropolitana de Maringá, juntamente com Sarandi.

Paçandu se constitui também uma cidade-dormitório de Maringá, a exemplo de Sarandi.

A Escola de Regime Integral destina-se a abrigar alunos oriundos da população mais carente, principalmente aquelas famílias em que pai e mãe têm que se deslocar diariamente para o trabalho, à busca do sustento da família.

Em Paçandu esse fenômeno ocorre continuamente, e os pais se deslocam para Maringá, ficando os filhos menores a "Deus dará", na expressão popular.

Se implantada em Paçandu, a Escola de Regime Integral solucionará o problema da marginalidade do menor carente na cidade, e trará traquillidade e desenvolvimento à sua população.

Nunca é demais repetir aqui que "é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da Criança e do Adolescente", como institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 70) A Escola de Regime Integral ajudará afastar da marginalidade o menor carente de Paçandu.

É o que tínhamos a justificar.

REQUERIMENTO N° 1745

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora Maristela Requião, Mui Digna Presidente do PROVOPAR - AÇÃO SOCIAL/PR, solicitando a doação de 500 (quinhentos) cobertores para a distribuição à população carente do Município de Pinhão.

Com vistas a amenizar o sofrimento da grande parcela empobrecida da população é que pleiteamos a doação desses cobertores, o que viria aquecer àqueles que com a chegada do inverno são atingidos pelo frio intenso que assola o Município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1748

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora Maristela Requião, Mui Digna Presidente do PROVOPAR - AÇÃO SOCIAL/PR, solicitando a doação de móveis e equipamentos de escritório a serem utilizados em locais de atendimento social da Prefeitura Municipal de Pinhão.

Os móveis e equipamentos ora solicitados - conforme especificação abaixo - são

àqueles considerados dispensáveis pelo BANESTADO e, que certamente serão de grande utilidade em locais de atendimento social da Prefeitura, tais como: creches, centros de convivência para idosos, centros comunitários, etc.

- 01 (um) arquivo
- 02 (duas) escrivatinhas
- 08 (oito) cadeiras
- 02 (duas) máquinas de datilografia
- 02 (duas) máquinas de calcular.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉZAR

REQUERIMENTO N° 1753

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora Maristela Requião, Mui Digna Presidente do PROVOPAR - AÇÃO SOCIAL/PR, solicitando a doação de 500 (quinhentos) cobertores para a distribuição à população carente do Município de Ivaí.

Com vistas a amenizar o sofrimento da grande parcela empobrecida da população é que pleiteamos a doação desses cobertores, o que viria aquecer aqueles que com a chegada do inverno são atingidos pelo frio intenso que assola o Município de Ivaí.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉZAR

REQUERIMENTO N° 1754

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora Maristela Requião, Mui Digna Presidente do PROVOPAR - AÇÃO SOCIAL/PR, solicitando a doação de móveis e equipamentos de escritório a serem utilizados em locais de atendimento social da Prefeitura Municipal de Ivaí.

Os móveis e equipamentos ora solicitados - conforme especificação abaixo - são aqueles considerados dispensáveis pelo BANESTADO e, que certamente serão de grande utilidade em locais de atendimento social da Prefeitura, tais como: creches, centros de convivência para idosos, centros comunitários, etc.

- 02 (dois) arquivos
- 02 (duas) escrivatinhas
- 10 (dez) cadeiras
- 02 (duas) máquinas de datilografia
- 02 (duas) calculadoras

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉZAR

REQUERIMENTO N° 1756

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Eduardo de Andrade Vieira, Ministro da Indústria e Comércio, solicitando que a cidade de Ponta Grossa seja incluída no FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

Baseado no fato de que Londrina e Foz do Iguaçu já foram incluídas neste fundo solicitamos que Ponta Grossa também seja beneficiada.

Visto que Ponta Grossa apresenta vários pontos turísticos, como: Vila Velha, Lagoa Dourada, Buraco do Padre, Alagados, Furnas e demais atrações turísticas, já é uma cidade merecida de ser incluída no FUNGETUR.

REQUERIMENTO N° 1771

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, Excelentíssimo Senhor Homero Morinobu Oguido, solicitando a liberação de recursos para a edificação de um Terminal Rodoviário Municipal, no Município de Porto Amazonas.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Diante da situação financeira precária que está a maioria dos municípios brasileiros, a cidade de Porto Amazonas não foge a esse estilo econômico, e por essa razão está impossibilitado de construir para seus munícipes e visitantes, o seu Terminal Rodoviário para os transportes de Passageiros (Estação Rodoviária), por essa razão solicitamos que seja endereçado um expediente ao Doutor Homero Oguido Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de Recursos para tal empreendimento naquele município, para o seguinte endereço: Edifício Caetano Munhoz da Rocha - Centro Cívico - Nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 1772

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a Liberação de Recursos, para o Plano de Urbanização do Município de Boa Es

perança - Pr.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONSE

JUSTIFICATIVA:

A disponibilidade financeira, da Prefeitura Municipal de Boa Esperança, é fraca, para aplicação em obras e investimentos na Urbanização obrigatória da cidade, como calçamentos, pavimentações e muros, no entanto, o progresso torna esses serviços essenciais, por essa razão solicitamos que seja enviado um expediente ao Deputado Federal Homero Oguido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos para o plano de Urbanização do Município de Boa Esperança, que o Prefeito Celso Buscariol, estará entregando naquela pasta em breve, no seguinte endereço: Edifício Caetano Munhoz da Rocha, Centro Cívico - Nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 1773

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Osmar Fernandes Dias, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, solicitando a liberação de recursos para a construção de três (03) unidades para a Cooperativa Municipal de Extração da Carne de Siri Regionalizada (SIRIZEIRA) em Antonina.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Na variação dos produtos do mar, no processo industrial que visa dar melhores condições alimentícias a todas as classes. O siri tem uma contribuição enorme, e por essa razão, a Cooperativa Municipal de Extração da Carne de Siri, Regionalizada em Antonina, necessita da construção de três (03) unidades, cujo custo orçado em maio do ano em curso, atinge o valor de CR\$ 2.250.000.000,00, e sendo assim, solicitamos que seja enviado um expediente ao Excelentíssimo Senhor Osmar Fernandes Dias, Digníssimo Secretário de Agricultura e Abastecimento, à Rua dos Funcionários, n° 1559 - Cabral - CEP: 80035-050 - nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 1757

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando que seja incluído no Programa Casa da Madeira, o Município de FORMOSA DO OES-

Curitiba, quarta, em 09.06.93

TE.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da constante alteração na economia do município, em razão da substituição das culturas permanentes pela cultura temporária e ainda, pelo crescente predomínio da pecuária sobre a agricultura, com o que se formou na cidade numerosos núcleos de trabalhadores rurais, que somente encontram emprego estável na época das safras.

Tendo em vista que tais trabalhadores não possuem condições financeiras para adquirir ou até mesmo locar moradias para suas famílias, e também pela carência de imóveis no município, forçando-os a residir em barracos sem as mínimas condições de higiene e segurança.

REQUERIMENTO N° 1758

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando que seja incluído no Programa Casa da Madeira, o Município de DOURADINA.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da constante alteração na economia do município, em razão da substituição das culturas permanentes pela cultura temporária e ainda, pelo crescente predomínio da pecuária sobre a agricultura, com o que se formou na cidade numerosos núcleos de trabalhadores rurais, que somente encontram emprego estável na época das safras.

Tendo em vista que tais trabalhadores não possuem condições financeiras para adquirir ou até mesmo locar moradias para suas famílias, e também pela carência de imóveis no município, forçando-os a residir em barracos sem as mínimas condições de higiene e segurança.

REQUERIMENTO N° 1759

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando que seja incluído no Programa Casa da Madeira, o Município de CRUZEIRO DO

OESTE.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da constante alteração na economia do município, em razão da substituição das culturas permanentes pela cultura temporária e ainda, pelo crescente predomínio da pecuária sobre a agricultura, com o que se formou na cidade numerosos núcleos de trabalhadores rurais, que somente encontram emprego estável na época das safras.

Tendo em vista que tais trabalhadores não possuem condições financeiras para adquirir ou até mesmo locar moradias para suas famílias, e também pela carência de imóveis no município, forçando-os a residir em barracos sem as mínimas condições de higiene e segurança.

REQUERIMENTO N° 1760

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando que seja incluído no Programa Casa da Madeira, o Município de BRASILÂNDIA DO SUL.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da constante alteração na economia do município, em razão da substituição das culturas permanentes pela cultura temporária e ainda, pelo crescente predomínio da pecuária sobre a agricultura, com o que se formou na cidade numerosos núcleos de trabalhadores rurais, que somente encontram emprego estável na época das safras.

Tendo em vista que tais trabalhadores não possuem condições financeiras para adquirir ou até mesmo locar moradias para suas famílias, e também pela carência de imóveis no município, forçando-os a residir em barracos sem as mínimas condições de higiene e segurança.

REQUERIMENTO N° 1761

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando que seja incluído no Programa Casa

da Madeira, o Município de ALTO PIQUIRI.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da constante alteração na economia do município, em razão da substituição das culturas permanentes pela cultura temporária e ainda, pelo crescente predomínio da pecuária sobre a agricultura, com o que se formou na cidade numerosos núcleos de trabalhadores rurais, que somente encontram emprego estável na época das safras.

Tendo em vista que tais trabalhadores não possuem condições financeiras para adquirir ou até mesmo locar moradias para suas famílias, e também pela carência de imóveis no município, forçando-os a residir em barracos sem as mínimas condições de higiene e segurança.

REQUERIMENTO N° 1762

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando que seja incluído no Programa Casa da Madeira, o Município de ASSIS CHATEAUBRIAND.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da constante alteração na economia do município, em razão da substituição das culturas permanentes pela cultura temporária e ainda, pelo crescente predomínio da pecuária sobre a agricultura, com o que se formou na cidade numerosos núcleos de trabalhadores rurais, que somente encontram emprego estável na época das safras.

Tendo em vista que tais trabalhadores não possuem condições financeiras para adquirir ou até mesmo locar moradias para suas famílias, e também pela carência de imóveis no município, forçando-os a residir em barracos sem as mínimas condições de higiene e segurança.

REQUERIMENTO N° 1763

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando que seja incluído no Programa Casa

da Madeira, o Município de PÉROLA.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da constante alteração na economia do município, em razão da substituição das culturas permanentes pela cultura temporária e ainda, pelo crescente predomínio da pecuária sobre a agricultura, com o que se formou na cidade numerosos núcleos de trabalhadores rurais, que somente encontram emprego estável na época das safras.

Tendo em vista que tais trabalhadores não possuem condições financeiras para adquirir ou até mesmo locar moradias para suas famílias, e também pela carência de imóveis no município, forçando-os a residir em barracos sem as mínimas condições de higiene e segurança.

REQUERIMENTO N° 1764

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando que seja incluído no Programa Casa da Madeira, o Município de ALTÔNIA.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da constante alteração na economia do município, em razão da substituição das culturas permanentes pela cultura temporária e ainda, pelo crescente predomínio da pecuária sobre a agricultura, com o que se formou na cidade numerosos núcleos de trabalhadores rurais, que somente encontram emprego estável na época das safras.

Tendo em vista que tais trabalhadores não possuem condições financeiras para adquirir ou até mesmo locar moradias para suas famílias, e também pela carência de imóveis no município, forçando-os a residir em barracos sem as mínimas condições de higiene e segurança.

REQUERIMENTO N° 1765

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando que seja incluído no Programa Casa da Madeira, o Município de FRANCISCO AL-

VES.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da constante alteração na economia do município, em razão da substituição das culturas permanentes pela cultura temporária e ainda, pelo crescente predomínio da pecuária sobre a agricultura, com o que se formou na cidade numerosos núcleos de trabalhadores rurais, que somente encontram emprego estável na época das safras.

Tendo em vista que tais trabalhadores não possuem condições financeiras para adquirir ou até mesmo locar moradias para suas famílias, e também pela carência de imóveis no município, forçando-os a residir em barracos sem as mínimas condições de higiene e segurança.

REQUERIMENTO N° 1766

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando que seja incluído no Programa Casa da Madeira, o Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da constante alteração na economia do município, em razão da substituição das culturas permanentes pela cultura temporária e ainda, pelo crescente predomínio da pecuária sobre a agricultura, com o que se formou na cidade numerosos núcleos de trabalhadores rurais, que somente encontram emprego estável na época das safras.

Tendo em vista que tais trabalhadores não possuem condições financeiras para adquirir ou até mesmo locar moradias para suas famílias, e também pela carência de imóveis no município, forçando-os a residir em barracos sem as mínimas condições de higiene e segurança.

REQUERIMENTO N° 1776

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando uma kombi para o atendimento da Associação das Crianças e Adolescentes de Paranaquá - ACAP.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1777

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando uma kombi para o atendimento na área assistencial do Município de PARANAGUÁ.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1778

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando uma kombi para o atendimento na área assistencial do Município de ANTONINA.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1779

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando uma kombi para o atendimento na área assistencial do Município de GUARATUBA.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1780

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando uma kombi para o atendimento na área assistencial do Município de PORTO AMAZONAS.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando uma kombi para o atendimento na área assistencial do Município de MAMBORÉ.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1782

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando uma kombi para o atendimento na área assistencial do Município de PIÊN.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1783

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando uma kombi para o atendimento na área assistencial do Município de MORRETES.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1784

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando uma kombi para o atendimento na área assistencial do Município de MATINHOS.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1785

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando uma kombi para o atendimento na área assistencial do Município de BOA ESPERANÇA.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1786

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando uma kombi para o atendimento na área assistencial do Município de GUARAQUEÇABA.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1787

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando uma kombi para o atendimento na área assistencial do Município de PINHAO.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1774

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Dr. Rogério Tizzot, DD. Diretor-Geral do DER/PR, solicitando a construção de uma ponte sobre o rio Pimpão, no Município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A malha rodoviária do Município de Pinhão é das mais extensas da região, e com isso em função do crescimento populacional, sempre existe a necessidade de uma conservação permanente, porém a prefeitura municipal não tem recursos orçamentários disponíveis para a maioria dos trabalhos, especialmente os relacionados às obras de arte.

Por essa razão, solicitamos que seja endereçado um expediente ao Dr. Rogério Tizzot, DD. Diretor-Geral do DER/PR, à Avenida Iguaçu, 420, CEP 80230-020, nesta Capital, solicitando a construção de uma ponte sobre o rio Pimpão, entre a localidade de Pinhalzinho e o Município de Pinhão, e que ainda cópias desse requerimento sejam enviados à Prefeitura Municipal de Pinhão, Prefeito Antenor Hemmig, Avenida Trifon Hanysz, 220, CEP 85170-000, Pinhão, e à Câmara Municipal de Pinhão, Presidente Adelino Nunes dos Santos, no mesmo endereço acima citado, Município de Pinhão-PR.

REQUERIMENTO N° 1775

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Deputado José Afonso Júnior, DD. Secretário de Esporte e Turismo, solicitando a inclusão no Projeto "Nossa quadra", de reforma na cancha esportiva da localidade de Paranaguá, Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Boa Esperança, através do Prefeito Celso Buscariol, vem realizando um trabalho profícuo, com os recursos financeiros existentes, e constantemente aquela autoridade é abordada por moradores de Paranaguá que pedem reforma na cancha existente naquela localidade.

Por essa razão, solicitamos que seja enviado expediente ao Sr. Deputado José Afonso Júnior, DD. Secretário de Esporte e Turismo, solicitando as reformas na cancha esportiva da localidade de Paranaguá, Município de Boa Esperança, para o seguinte endereço: Ed. Caetano Munhoz da Rocha, Centro Cívico, Nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 1790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Stenio Jacob, Presidente da SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná, solicitando, em nome dos usuários do sistema de água e esgoto daquela empresa em Ponta Grossa, explicações detalhadas sobre o porquê dos valores considerados abusivos, de até 90% (noventa por cento) do valor cobrado sobre a taxa de água.

Outrossim, requer ainda, seja a resposta ao presente, enviada também à União das Associações dos Moradores de Ponta Grossa - UAMPG, e à Associação de Moradores da Vila Dal Col, da mesma cidade.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A chamada "conta de água" que chega aos lares das pessoas, principalmente de menor poder aquisitivo, e mesmo carentes, traz embutido ao gasto da água potável encanada, um percentual que está assustando os usuários do sistema, porque quase dobra o valor com a cobrança da taxa de esgoto.

Segundo reclamações dos usuários, o percentual que chega a até 90% sobre a taxa de água, é abusivo e uma imposição que não se explica, nem vem sendo explicada convenientemente pela SANEPAR que tem critérios e normas a adotar mas que não são de conhecimento dos consumidores de seus serviços.

REQUERIMENTO N° 1793

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde, objetivando o envio de medicamentos para a

municipalidade de Prudentópolis.

A quantidade de medicamentos destinada em cada remessa, não tem sido suficiente para atender a toda população, cuja consequência direta é a impossibilidade de fazê-lo, criando grandiosos transtornos em toda a cidade nessa área de saúde.

Em face dos motivos aqui apresentados, aguarda-se a adoção de medidas objetivando resolver tal problema, restabelecendo o atendimento à altura das reais necessidades do município.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, com a finalidade da implantação de um subterminal de calcário na municipalidade de REBOUÇAS.

O fortalecimento da agricultura diz respeito diretamente à consolidação do desenvolvimento sócio-econômico do Município de Rebouças, a exemplo daquela região e do Paraná. Dentro desta preocupação, é preciso oferecer condições cada vez mais acessíveis para assegurar a elevação da produção e da produtividade, e certamente a colocação da referida unidade contribuirá decisivamente para melhorar o resultado das safras, à medida em que recuperará a fertilidade do solo, atualmente desgastada.

Em face dos motivos aqui apresentados, aguarda-se um pronto posicionamento favorável à implantação de um subterminal de desembarque, uma justa aspiração da classe produtora rural.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 249/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em comodato, à Sociedade Evangélica Betânia, entidade declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei n° 5579, de 03 de julho de 1967, com sede nesta Capital, uma área de terra com 28.862,27m² (vinte e oito mil, oitocentos e sessenta e dois vírgula vinte e sete metros quadrados) de propriedade do Instituto de Saúde do Paraná, localizada no Município de Piraquara, junto ao Hospital de Dermatologia Sanitária São Roque, com as seguintes confrontações:

"O PPO está localizado à margem da cerca de arame de divisa com o Jardim Esmeralda e o H.D.S.S. Roque. Com rumo de 39 25' NE e distância de 586,69m, encontramos o ponto 1. Com rumo de 21 22'SO e distância de 87,26m, margeando a cerca de arame que faz divisa com o Instituto Bethânia, encontramos o ponto 2. Com rumo de 21 36'SO e distância de 32,91m, margeando a cerca de divisa entre o H.D.S.S. Roque e o Instituto Bethânia, encontramos o ponto 3. Margeando a mesma cerca com rumo de 26 59'SO e distância de 87,99m, encontramos o ponto 4. Com rumo de 27 30'SO e distância de 53,80m, encontramos o ponto 5. Com rumo de 31 39'SO e distância de 40,20m, encontramos o ponto 6. Com rumo de 34 21'SO e distância de 72,20 m, encontramos o ponto 7. Com rumo de 36 51'SO e distância de 40,23m, encontramos o ponto 8. Com rumo de 47 41'SO e distância de 12,75 m, encontramos o ponto 9. Com rumo de 62 46'SO e distância de 92,99m, encontramos o ponto 10. Com rumo de 65,55'SO e distância de 93,19m, encontramos o ponto 11. A partir do ponto 11, com rumo de 29 25'NE encontramos o PPO, fechando o perímetro.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(aa) JOÃO IENSEN

ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A presente autorização objetiva atender às normas constitucionais pertinentes à concessão de imóveis de propriedade do Estado, que requerem a autorização desta Casa de Leis, a fim de se efetivarem legalmente.

Trata-se de uma área de terras ociosas, cuja concordância no que se refere ao comodato, já foi obtida do Poder Executivo, conforme se depreende de correspondência enviada pela Sociedade Evangélica Bethânia ao Secretário de Saúde, cuja cópia é anexada ao presente projeto.

Na citada correspondência, a entidade interessada solicita ao Secretário a elaboração de memorial descritivo, também anexado, que juntamente com a cópia do mapa da área, embasou a redação da Proposição.

Esclareça-se que a entidade promove efetivamente, um trabalho social de maior alta importância, necessitando o domínio do terreno em questão para viabilizar a melhor conservação e manutenção da obra social localizada em área contígua.

Tratando-se, pois, de assunto de maior estreita retitude, submetem-lo à apreciação desta Casa de Leis, rogando aos Deputados a análise e aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI N° 250/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A Comercialização, Classificação e Recebimento do fumo de estufa e de galpão, quando da aquisição pelas Empresas e Firms Industriais, exportadoras e de Comercialização em geral, será efetuada na fonte de produção, com a participação do produtor-vendedor e da Empresa ou firms compradoras.

§ 1º - Entende-se como fonte de produção o estabelecimento rural onde ocorrem as etapas finais do processo de produção do fumo.

§ 2º - Tanto o Produtor-Vendedor como a empresa compradora poderão contar com a assistência de suas Entidades Sindicais correspondentes.

§ 3º - Em caso de divergência quanto a classificação, as partes poderão solicitar a presença de fiscal vinculado a órgão oficial para arbitragem.

Art. 2º - Por ocasião do recebimento do fumo na fonte de produção, a empresa ou firma compradora fornecerá ao Produtor - Vendedor, nota de romaneio, onde constará o número de fardos, o peso, a classe e a data de recebimento.

Parágrafo Único - As informações constantes na nota de romaneio deverão obrigatoriamente constar na nota fiscal que a empresa ou firma emitirá em favor do produtor.

Art. 3º - As empresas ou firms compradoras reajustarão o preço do fumo pelo índice de inflação, medido entre a data constante na nota do romaneio e a data do pagamento efetivo ao produtor.

Art. 4º - Obrigam-se, as Empresas que integram a produção, a adquirir todo o fumo produzido pelo agricultor, na época da colheita.

Art. 5º - Em caso de intoxicação de qualquer produtor integrado ou mesmo de seus dependentes, que seja necessário tratamento médico, os custos serão integralmente cobertos pela empresa que integra.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Carecem os fumicultores Paranaenses de instrumento na Legislação, que regulamente a comercialização da produção. Entendemos que a forma pela qual tem sido a relação

entre empresas e produtores, tem trazido sérias desvantagens a estes últimos. Os fumicultores no processo de integração tem tido orientação técnica durante as fases de plantio à colheita e classificação, mas, inexplicavelmente, as empresas, após o recebimento do fumo alteram os critérios seguidos à risca pelos agricultores, o que curiosamente, resulta no rebaixamento da classificação. O fumo no ato da entrega fora considerado, digamos, média, passa então, contrariando a orientação técnica, a ser considerado de qualidade inferior.

Ademais, os fumicultores estão encontrando dificuldades para comercializar as safras dos últimos anos. As empresas outrora, garantiam a compra de toda a produção mas hoje, já não compram tudo o que é colhido. Com a recusa das empresas, os fumicultores ficam sem ter onde vender parte do produto. Isto, associado ao baixo preço pago pelo mercado, ameaça inviabilizar o cultivo desta atividade agrícola no Paraná, ameaça sobretudo, provocar o aumento do êxodo rural e o inchaço das médias e grandes cidades.

Por ser o cultivo do fumo uma atividade de que traz sérios riscos à saúde pelo uso consecutivo de herbicidas e outros defensivos agrícolas, este projeto visa ainda que as empresas arquem com os custos, de uma eventual intoxicação, que exija tratamento médico.

É necessário que se estabeleça relação de compromisso entre produtores e empresas, sobretudo porque é uma atividade que exige dedicação exclusiva.

PROJETO DE LEI Nº 251/93

À Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder para uso dos órgãos e instituições públicas, da administração pública direta e indireta e fundações públicas mantidas pelo poder público municipal ou federal, bem como a consórcios municipais formados por municípios paranaenses, entidades de assistência social sem fins lucrativos, conselhos comunitários, entidades filantrópicas e outras associações civis afins, declaradas de utilidade pública em qualquer âmbito, seja municipal, estadual ou federal, que participem do Sistema Único de Saúde - SUS, os bens imóveis, móveis e semoventes pertencentes ao Estado do Paraná e o Instituto de Saúde do Paraná, para a consecução das ações e serviços de saúde reguladas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os dis-

positivos em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 estabelece:

"Art. 196 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197 - São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 199 ...

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos."

A Lei 8.080 de 19.09.90 (Lei Orgânica da Saúde) estabelece, entre as atribuições de direção municipal do Sistema Único de Saúde - SUS:

"VII - formar consórcios administrativos intermunicipais."

Esta mesma Lei estabelece que o "SUS poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada", em seu art. 24.

E diz ainda:

"Art. 25 - Na hipótese do artigo anterior, as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência para participar do Sistema Único de Saúde - SUS."

O Estado do Paraná vem gradativamente implantando o Sistema Único de Saúde - SUS, com a municipalização de todas as ações e serviços básicos de saúde, criação de Conselhos Municipais de Saúde, estabelecimento de Planos Municipais de Saúde. Os serviços que servem como referência regional, ambulatoriais e hospitalares, têm sido repassados diretamente às Prefeituras Municipais que sejam sede de região administrativa, ou está em discussão o repasse a Consórcios Intermunicipais que estão se formando ou a entidades comunitárias (Conselhos, Associações, Fundações de Apoio etc), criados sob os auspícios do poder público, com o fim específico de administrar tais serviços regionalmente, desde que seja mantido o caráter público do acesso ao mesmos.

Assim, dentro do princípio de descentralização e municipalização das ações e

serviços de saúde, é lógico que o Executivo Estadual disponha de instrumento legal para viabilizar o repasse e o apoio a tais estruturas da administração pública municipal, ou intermediárias entre o poder público municipal e o estadual, como consórcios intermunicipais ou entidades sem fins lucrativos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Grande Expediente, concedemos a palavra ao Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Há alguns dias atrás nós tivemos a TELEPAR nas páginas policiais dos nossos jornais. E não foi a única. A TELESF, a TELERJ, a TELEMIG, e TELEMATO GROSSO DO SUL; todas elas, mas cada uma com características diferentes.

A daqui, mais especificamente, acusação não caía sobre a TELEPAR, em si. Mas, sim, era um embate entre o Deputado Luiz Carlos Alborghetti e o Presidente da TELEPAR, o Diretor Paulo Roberto Cordeiro.

Nós queremos dizer que não foi a primeira vez que Paulo Cordeiro esteve nas páginas policiais dos nossos jornais. Ele já esteve por problemas pessoais, os quais, por serem da sua vida privada, nos absteremos de qualquer comentário.

Mas, teve problemas quando ocupou cargo público, ou seja, na Reflorestadora BANESTADO.

Hoje, o Sr. Paulo Cordeiro responde a dois inquéritos, na justiça. Um inquérito na Delegacia de Crimes contra a Administração Pública, 3ª Vara Criminal, de acordo com certidão.

E, outro na 1ª Vara da Fazenda.

Justamente por isso, nós temos as cópias das denúncias. Uma delas formulada pelo Ministério Público, em razão do Sr. Wanderley Antônio Banoamigo, promotor de justiça, pelo tempo que ocupou na Reflorestadora BANESTADO. Naquela ocasião, passaram sobre ele algumas acusações, inclusive houve uma CPI, nesta Casa Legislativa, cujo Relator é hoje o Presidente, Deputado Orlando Pessuti.

Mas, parece que as coisas continuam. Tanto é que está circulando um documento, com o telefone da empresa que emitiu o fax, onde coloca algumas questões envolvendo a administração da TELEPAR e a empresa Polipan, de propriedade do Deputado Luciano Pizzatto.

Este material todo que tenho em mãos, não somente eu, mas também outros Deputados da Assembléia Legislativa e o Sindicato dos Trabalhadores Telefônicos. Tanto é que estão providenciando mais documentos para dar entrada numa representação junto à Promotoria Pública Federal, junto ao

Tribunal de Contas da União e junto à Polícia Federal, no sentido de que todas estas acusações sejam apuradas, se verdadeiras ou não.

Mas, diz a cópia de um fax com a identificação da empresa que emitiu, que existe na TELEPAR uma "caixinha", que é dividida pela POLIPAN (Pizzatto): 50%; TELEPAR (Diretoria): 40%; e Captação: 10%. E que a Captação poderia ser feita por qualquer pessoa ligada ao grupo, que receberia os 10%. Mas, na TELEPAR são conhecidas duas "caixinhas". Uma, liberada por Pizzatto, conforme detalhes acima. E, outra, liberada por Fernando Medeiros. Na "caixinha" do Pizzatto, o captador é o lobista o Ciccarino.

Na "Caixinha" do Fernando, o captador ou lobista é o Sr. Carlos Garcia ou o próprio Fernando.

Fim da mutreta? - Não, não e não. Pois pasmem, que ainda há uma terceira "Caixinha".

E essa terceira "Caixinha" se refere ao "Projeto Turnke" que envolve mais de trezentos milhões de dólares. E dessa teta só participam, o Presidente da TELEPAR Paulo Cordeiro, o Deputado Pizzatto e o restante da diretoria da TELEPAR.

Quem paga? Todos os envolvidos no "Projeto Turnke" que é o plano de expansão de linhas telefônicas no Paraná. Quem não paga não participa da gigantesca obra.

Alguns empresários já estão metendo a boca no trombone e até resistindo ao assédio dos cobradores da "Caixinha". Mas ninguém escapa, segundo do diretor Fernando Medeiros.

Conhecendo-se três "Caixinhas", imagina-se a existência de mais algumas mutretas dentro da empresa, outrora modelo de administração no Brasil.

No caso de afastamento, temporário ou não, da diretoria, aparecerão milhares de denúncias e denunciantes para confirmar tudo que está escrito.

Com relação as empresas que pagaram e pagam "Pedágio" ou "Caixinha" há que se entender que, na atual crise que o País atravessa, o empresário faz qualquer coisa para sobreviver, inclusive pagar aos achacadores da TELEPAR.

Fernando Medeiros e Luciano Pizzatto são os mais agressivos achacadores do sistema. Ou o empresário paga ou será punido com atos administrativos e cerceamentos. E o maior exemplo é o caso da ELMA, empresa do Rio de Janeiro que foi suspensa do cadastro da TELEPAR, com processo tramitando na justiça.

"PC DA TELEPAR"

Denúncias de corrupção e inúmeras irregularidades na outrora empresa modelo do sistema em todo País, a TELEPAR. E elas aparecem de todos os lados de todos os

cantos, desde funcionários perseguidos até empresas fornecedoras de produtos e serviços que são achacadas.

O chefe da máfia telepariano é o Deputado Federal Luciano Pizzatto, o sub-chefe Paulo Cordeiro, presidente da empresa e sócio do Pizzatto na GAIA veículos, distribuidora dos carros russos LADA. E a tropa de choque são, Fernando Medeiros, diretor administrativo da empresa, truculento e covarde achacador, ex-coordenador da campanha do governador de José Carlos Martinez, sócio do PC Farias e o homem que mais se envolveu em escândalos no Estado do Paraná, Carlos Garcia, lobista e representante do Fernando que se apresenta para os empresários como amigo de Paulo Cordeiro e do Pizzatto e que vem buscar a contribuição para campanhas; José Carlos Ciccarino, coordenador das três campanhas do Pizzatto e lobista de vários grupos de empresas, principalmente de rede telefônica, de rede elétrica e outros. Ciccarino é também funcionário da Câmara Federal lotado no gabinete do Deputado Luciano Pizzatto e nunca foi a Brasília.

O Sr. Erondy Silvério - V.Exa. concede um aparte?

Meu aparte é em apoio ao que V.Exa. está dizendo, porque é preciso acabar com a corrupção e com a bandalheira nesse País e o que se verifica hoje na TELEPAR é uma vergonha. Porque nós aqui não temos condições legais para instaurar uma CPI, mas V.Exa. pode - através da Bancada de V.Exa. na Câmara Federal, solicitar uma CPI contra essa bandalheira, essa corrupção que nós verificamos na TELEPAR do Paraná. Era esse o aparte.

Obrigado.

O DR. ROSINHA - Deputado Erondy Silvério, agradeço a intervenção de V.Exa. e ontem quando tentei transferir o depoimento feito a convite para o Deputado Delcino Tavares é porque estarei em Brasília, justamente, fazendo gestão junto à TELEBRÁS, ao Tribunal de Contas da União e junto aos parlamentares petistas no sentido de apurar as irregularidades uma vez que são inúmeros os documentos que temos circulando, inclusive fitas gravadas eu não vou expor tudo hoje e vai ser dado entrada na Polícia Federal pelo Sindicato da categoria, pedindo que apure essas acusações de irregularidades.

Como eu disse, o que estou lendo não é minha opinião pessoal, é um fax, é uma leitura.

E continua dizendo que é um cartel, há um cartel e que "as reuniões do esquema Pizzatto eram realizadas na Poliplan - Av. Nossa Sra. da Luz, 203 ... (Lê):

"REUNIOES DE CARTEL

Essa empresa é de propriedade do Pizzatto e o imóvel pertence às Indústrias Pizzatto de propriedades de seu pai Douglas e outros irmãos. Dizem que Douglas é um homem sério e que não concorda com as malandragens do filho e da nora. Dessas reuniões participavam representantes das seguintes empresas: EMBRAENE, CIDE, PAN, RADIANTE, SIPEL, TRIX, COTEL e outras.

E aí coloca nesses fax, coloca como lobista: José Carlos Ciccarino; Carlos Garcia; Luciano Pizzatto; Fernando Medeiros e o próprio Paulo Cordeiro. Relata nesses fax as compras de prédios e reformas. A TELEPAR comprou dois prédios em Curitiba e há indícios que os negócios foram feitos a preço acima do mercado. Prédio na Rua da Glória e prédio na Rua Emiliano Perneta. Reforma de prédio na Rua Emiliano Perneta e de prédio da telefonia CELEPAR, sem licitação. Há informações de que móveis que guarnecem esse prédio foram importados.

Acusa, nesse fax, de irregularidade, o envolvimento de algumas empresas como a FONESUL que foi criada por dois elementos ligados ao Paulo Cordeiro com a finalidade de intermediar a venda de telefone. Com isso todas as vendas de telefone do atual projeto de expansão no Paraná, num total de 160 mil linhas passam obrigatoriamente pela FONESUL e sem necessidade pois as vendas são feitas, exclusivamente, por telefone. Com isso a FONESUL fatura 5% sobre o valor da venda. Levando-se em conta que um telefone custa 50 milhões de cruzeiros, cada linha a FONESUL ganha Cr\$ 5 milhões. Se vender tudo a FONESUL embolsará a bagatela de Cr\$ 400 bilhões de cruzeiros. E nós vemos que as publicações da FONESUL tem o timbre da TELEPAR. E se legal, pelo menos é imoral, um telefone a vista cerca de Cr\$ 40 milhões, a prazo ele pode custar Cr\$ 82 bilhões e acima disso se coloca as correções.

Nesses fax existem pontos importantes também, mas inclusive pede-se que deve numa CPI do Congresso Federal pedir os extratos das contas nas quais estaria envolvido o dinheiro arrecadado pela TELEPAR, como a conta de Wibson Campos, gerente financeiro da TELEPLAN; a conta do BANESTADO agência Bacacheri e Centro Cívico, de José Carlos Ciccarino. E ainda dá um número de uma conta, inclusive, com um depósito feito na conta da Caixa Econômica Agência 377, conta corrente 550-4, que é feita em nome da Liga Paranaense de Combate ao Câncer, de parentes de Luciano Pizatto."

O Sr. Colombino Grassano - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

V.Exa. no melhor estilo de autofagia,

dá uma lição de como se deve destruir os homens públicos do Paraná.

É matéria que não diz respeito à Assembléia Legislativa desse Estado, embora a atuação da TELEPAR seja nesse Estado e a TELEPAR seja considerada no sistema TELEBRÁS a subsidiária mais importante, mais rentável, a melhor organizada, a que está anos avançada sobre as demais. A TELEPAR tem prestado serviços inestimáveis a todas as comunidades paranaenses. O Presidente da TELEPAR Dr. Paulo Roberto Cordeiro tem procurado imprimir a orientação mais séria, mas acontece que existe dentro da TELEPAR um sindicato ao qual V.Exa. está diretamente ligado. Sindicato que exerce um patrulhamento 24 horas por dia, procura de todas as formas prejudicar os trabalhos daquela entidade.

É lamentável que um homem que está se projetando e, que por estar se projetando na administração pública desse Estado tenha que receber críticas, denúncias e até mesmo calúnias por parte daqueles menos avisados.

Vou aguardar que V.Exa traga realmente fatos concretos para esta Casa e não suposições, indicações ou quaisquer informações sem uma confirmação absoluta para poder responder a V.Exa. tudo isso que está sendo dito nesta Casa.

É lamentável, Senhor Deputado, que quando um homem público desse Estado e, isso nós temos assistido todos os dias, os jornais apregoam, quando alguém se sobressai nesse Estado; quando alguém procura posições ligadas na área federal essa pessoa é diariamente atingida, denegrida e os seus passos são tolhidos para que ele venha para a vala comum, para a vala onde se encontram aqueles seus detratores.

DR. ROSINHA - Vou passar a cópia desse fax para V.Exa. Ali são citadas várias empresas. V.Exa. pode, inclusive, procurar esses empresários e se eles tiverem a honestidade que tiveram comigo, eles confirmarão tudo que está nesse fax. Eles tem hoje apresentar documentos e relatam que têm os documentos porque teriam absoluta certeza que seriam afastados de quaisquer licitações.

Conversei com três empresários. Agora pouco chego do escritório de um deles que inclusive, colaborou anexando alguns documentos, mas pediu que não fosse citado nome dele.

V.Exa. terá em mãos uma cópia desse fax no qual poderá procurar os empresários como procurei. Mas um fato concreto diz respeito ao processo que a ELMA move na Justiça, justamente por uma licitação de uma maneira irregular, na qual eu tenho todo o processo em mãos. Tenho também em mãos a regravação, a cópia da regravação

de uma fita que citarei quem são as vozes dessa fita e a Polícia Técnica poderá verificar. É um diálogo gravado em fevereiro próximo passado, próximo ao Carnaval, entre o Sr. Geraldo Braga, que trabalhava na POLIPLAN de Luciano Pizzatto e o Sr. Armando Seiji Ogatta, funcionário da TELEPAR.

Tenho a regravação, mas existe a fita.

Então, esses documentos foram remetidos à Polícia Federal, para que a mesma diga se é verdade ou não, se há ou não essas irregularidades. Os documentos circulam e nesta Casa não somente eu tenho mãos dele, e Vossa Excelência lembrou do embate que recentemente houve entre o Deputado Luiz Carlos Alborghetti e o Diretor-Presidente da TELEPAR, Sr. Paulo Cordeiro, e diz o Sr. Paulo Cordeiro que ele foi à Polícia Federal registrar queixa, falou em tudo que é jornal a respeito disso, e eu estive na Polícia Federal, solicitei uma certidão, o Sr. Paulo Cordeiro não fez nenhuma representação na Polícia Federal contra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, não o fez provavelmente temendo que a Polícia Federal realmente fosse investigar as acusações que o nosso colega Deputado fez.

O Sr. Nelson Justus - Cumprimento Vossa Excelência pelo trabalho investigatório e essa é uma das prerrogativas do Deputado.

Não tenho aqui qualquer procuração para defender o Presidente Paulo Cordeiro da TELEPAR, apenas ratifico o posicionamento do Deputado Colombino Grassano que com muita propriedade lembrou que a TELEPAR é considerada pelo Sistema TELEBRÁS, a empresa número um de telecomunicações de todo o País.

Acho que - não costumo raciocinar sobre hipóteses - que essas hipóteses que Vossa Excelência levanta devem ser efetivamente que comprovadas.

É importante dizer que é muito comum dentro de qualquer empresa, seja ela de economia mista ou não, recursos no que diz respeito a licitações, sejam elas de carta-convite, cartas-propostas, tomadas de preço ou qualquer tipo de concorrência, é muito comum a discussão por parte de todos aqueles que participaram de qualquer licitação, isso é de praxe.

Por outro lado, o que eu acho muito importante, Deputado Rosinha, Vossa Excelência deve ter conhecimento, e lembrou bem o Deputado Colombino, que existe um sindicato dentro da Companhia de Telecomunicações do Paraná, que hoje se sente de certa forma desprestigiado politicamente, em virtude, primeiro, de que o representante deste sindicato, me parece de nome Bortoloto - se não me falha a memória can-

didato a Deputado Federal que não obteve êxito sequer dentro da Companhia de Telecomunicações do Paraná e muito menos junto aos eleitores do Estado, e hoje este sindicato, a partir do momento que sente o prestígio extraordinário que goza junto aos funcionários da TELEPAR, e Vossa Excelência como homem de bem não pode, nem que queira, desmentir esse posicionamento por parte dos funcionários da TELEPAR. O prestígio e a benquerença que goza o Presidente da TELEPAR dentro da sua própria casa é realmente muito grande.

O que não podemos, é incorrer em risco, principalmente sabendo do custo que têm estas diligências, seja com panfletos, seja através da imprensa, tudo isto tem um custo, o que não podemos é incorrer de maneira nenhuma em erro, nem jogarmos o nome de ninguém na vala comum, repetindo o que disse o Deputado Colombino, é exatamente em função meramente política.

Não é porque um candidato do Sindicato não goza de prestígio nenhum lá dentro, não teve respaldo popular nas urnas, que se vai tentar denegrir a imagem de alguém em busca de votos. A minha preocupação é exatamente esta. E conhecendo Vossa Excelência, não poderia admitir que se usasse o nome, o cargo e o prestígio nacional e estadual de alguém para se angariar votos para outros que, na oportunidade que tiveram, não obtiveram sucesso nas urnas.

O DR. ROSINHA - Quanto ao que Vossa Excelência coloca que a TELEPAR se não é a melhor, uma das melhores empresas de telecomunicações do Brasil...

O Sr. Nelson Justus - A melhor.

O DR. ROSINHA - Que seja, não estou negando isto. E não é fruto de uma única administração da TELEPAR, é fruto de anos seguidos de administradores da TELEPAR.

Quanto à segunda vez, é comentada a questão dos sindicatos dos telefônicos, o Sindicato dos Trabalhadores da Telefonia, o Bortoloto foi seu Presidente, colocou seu sucessor com cerca de 80% dos votos, então ele tem o respaldo da categoria, pode não ter o da sociedade para ser Deputado, mas da sua categoria ele tem.

Quanto à questão colocada em fita que tenho gravada, esta fita será entregue oportunamente pelo sindicato dos telefônicos que a recebeu, entregue à Polícia Federal. Tivemos o caso Amorim e a fita do Magri e, através de uma análise da Polícia Técnica, concluiu-se que a fita era verdadeira e aí começou-se a apurar as denúncias e o inquérito está tramitando. Esta fita terá o mesmo destino.

É isto que estou dizendo aos Srs. Deputados. Não estou dizendo que o Sr. Paulo

Roberto Cordeiro é ladrão ou não, é corrupto ou não. Estou dizendo que circula uma fita, que circula um faz de mão em mão e que circulam inúmeras acusações e denúncias, as quais mais de um Deputado nesta Casa tem em mãos porque foi remetido a mais de um, e tem mais, não foi remetido pelo sindicato dos telefônicos, diga-se de passagem. Pelo menos em minhas mãos não chegou por aquela via. Uma parte chegou, que passo a analisar aqui, a questão da Reflorestadora Paraná, que aqui está a CPI.

A outra parte, basta ir aos cartórios e solicitar o que está tramitando, de descontentamento nos srs. empresários. E aí vai se fundamentando. E foi assim que chegamos. Como esta questão de um empresário da nossa cidade que se sente lesado, entra com o pedido judicial da cópia dos contratos assinados com empresas como a ALCATEL, como do Canal da Maternidade no Acre, que acabou sendo cancelado, como da consórcio Promom, da linha vermelha, estas empresas têm contrato com a TELEPAR, solicitado por um empresário foi negado pela TELEPAR, apesar de o Ministério Público dizer que os contratos devem estar à disposição de entidades. E mais, não negou a este empresário; negou a esta Casa, no momento em que aprovou um requerimento de minha autoria há dois meses atrás, quando já tinha documentos em mãos sobre estas irregularidades.

Há dois meses que estou juntando documentos, não comecei ontem. E em respeito a esta Casa que, numa análise da nossa assessoria jurídica, o Sr. Paulo Roberto Cordeiro deve responder a requerimento desta Casa, uma vez que uma empresa de companhia mista é uma estatal da União, mas é uma estatal também do Estado do Paraná.

Portanto, deve explicações ao povo, à sociedade e a esta Casa, tanto é que as suas concorrências são publicadas no Diário Oficial, o que demonstra a necessidade de prestação de contas e o Ministério Público coloca esta necessidade. E no entanto não é feito e eu espero que esta Casa, já fiz mais que dois Requerimentos, entre com crime de responsabilidade por não responder um Requerimento desta Casa no qual se poderia clarear se esses contratos são irregulares ou se são regulares. Ao negar este tipo de informação a esta Casa Legislativa, levanta-se a suspeita de irregularidade, porque se fosse tudo regular não teria por que negar essas informações.

Concedo aparte ao Deputado Bona Turra.

O Sr. Luiz H. Bona Turra - Há já muito tempo, Deputado, desde o início do Governo Collor, pública e notoriamente, as

forças políticas do Estado, as diversas correntes ideológicas que atuam na política do Paraná, sabem que a TELEPAR desde o início do Governo Collor, se transformou num instrumento de grupos privados, e diretamente o Deputado Federal Luciano Pizzatto interferiu ao lado do então candidato ao Governo, derrotado, José Carlos Martinez, na nomeação do atual Presidente da TELEPAR.

Todas as forças políticas informadas do Paraná sabem que a TELEPAR é um instrumento a serviço de grupos privados. As denúncias vêm se acumulando e os boatos hoje se convertem em provas documentais e provas testemunhais, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Ministro do Planejamento, Deputado Florisvaldo Fier, denunciou, e é uma autoridade pública federal, que os terminais telefônicos que há dez anos tinham um custo médio de 1.500 a 1.700 dólares, apresentam hoje um custo médio no país de 3.000 dólares. Mas, afirmou que nos últimos dez anos os desperdícios por má gestão e corrupção no setor de telefonia do País, atinge o montante equivalente a 4,1 bilhões de dólares. Isto é razão suficiente para desmontar todo um sistema de telefonia a serviço dos interesses privados.

Deputado Florisvaldo Fier, V.Exa. trouxe aqui, de modo próprio e adequado, denúncias que lhe chegaram. Denúncias de mesmo teor chegaram ao meu Gabinete Parlamentar na semana passada. Já manifestei a V.Exa. que sobre a matéria irei me pronunciar na semana que vem, aduzindo novos fatos que são fatos gravíssimos e se tarefa paranista existe nesta matéria, esta está justamente no imediato afastamento do atual Presidente da TELEPAR que colocou a companhia de telefonia do Estado do Paraná, patrimônio do povo do Paraná e do povo brasileiro, a serviço de interesses privados, a serviço de interesses empresariais, que não são os interesses públicos, à revelia de licitações, à revelia das exigências legais, à revelia do princípio da moralidade que deve reger a administração pública, a TELEPAR hoje se transformou num instrumento da reação, e lá tem instalado uma verdadeira quadrilha de saque dos recursos públicos federais e dos recursos do povo do Paraná lá depositados.

Esta era a manifestação que gostaria de fazer a V.Exa., Deputado Florisvaldo Fier, com o compromisso de na próxima semana aprofundar o raciocínio trazido por V.Exa. no dia de hoje.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção de V.Exa..

Só um momento, Deputado Lourenço, darei o aparte a V.Exa..

Tenho também em mãos uma notificação

que foi levada à TELEPAR por parte do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, o IAPAS, dando conta que uma empresa não tinha condições de participar de concorrências públicas, inclusive aqui tem a assinatura de Paulo Cordeiro tomando ciência, de que esta empresa por falcatrua junto ao IAPAS não poderia participar de licitação pública.

Pois bem, desconhecendo esta notificação do Instituto de Previdência e Assistência Social, a TELEPAR aceitou que esta empresa concorresse. Esta empresa concorreu, somente com mais uma, ganhou a licitação, foi anulada na Justiça esta licitação, e hoje às 14 horas foram abertos novamente os envelopes desta licitação, porque foi cancelada judicialmente por irregularidade numa empresa que conforme os empresários, em documento anexo, diz que a empresa foi lesada em um bilhão, setecentos milhões de dólares numa irregularidade da administração da TELEPAR, por permitir, mesmo sendo ciente, que uma outra empresa que não devia participar da concorrência, fosse participar. Quero até fazer uma correção. Passei uma informação incorreta: na última eleição do Sindicato, com 75% dos votos e já é a terceira eleição consecutiva que...

Solicito o horário da Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. passa a falar no horário do PT.

O SR. DR. ROSINHA - O que significa que eles têm representatividade junto à categoria.

Deputado Lourenço Fregonese.

O Sr. Lourenço Fregonese - Deputado Florisvaldo Fier, já ando muito preocupado nesta Assembléia e em relação ao que acontece no Brasil e ao que acontece no Paraná. Veja bem, o que me preocupa também é que parece que nós estamos voltando para a Idade das Trevas. Nós estamos tomando um caminho perigoso, um caminho que antigamente foi o Tribunal da Inquisição e nós estamos mandando para a fogueira, pseudo bruxas, enquanto que as bruxas verdadeiras continuam soltas pelo Estado do Paraná e pelo Brasil.

O Senhor trouxe denúncias bastante graves a essa tribuna. Acredito que, após a verificação dos fatos, não passarão de denúncias porque o trabalho que está sendo feito pela TELEPAR é um trabalho bastante saudável ao Estado do Paraná em termos de investimentos em telecomunicações que estão sendo espalhadas nos quatro cantos do Estado. Me preocupa por que, Deputado Florisvaldo Fier? O Senhor traz denúncias graves e aqui mesmo na Assembléia, nós te-

Curitiba, quarta, em 09.06.93

mos fatos graves acontecendo. Existe na Comissão de Fiscalização, para análise, 78 licitações da COPEL, onde 72 estão irregulares. 32 licitações da SANEPAR, onde todas estão irregulares e também existem outras tantas em outros órgãos do Estado. Preocupa-me por quê, Deputado Florisvaldo Fier. Eu não posso afirmar que existe corrupção na COPEL, que existe corrupção na SANEPAR, que existe corrupção em outros órgãos do Estado. Não posso ainda, porque nós temos a condição aqui de averiguar. Agora, preocupa-me muito que a gente levante acusações que futuramente a gente não possa assinar embaixo. Por isso me preocupa muito que a gente só traga as coisas ruins desse País à Assembléia Legislativa e ao Estado do Paraná, porque infelizmente num País de Terceiro Mundo, só se joga o que não presta, pela janela. Estamos jogando sem, às vezes, ter as provas cabíveis que alguma coisa de fato está acontecendo.

Espero com ansiedade até, que sejam esclarecidas as dúvidas na questão da TELEPAR, porque eu tenho certeza que todas essas denúncias darão em nada. Agora, tomemos o cuidado, Deputado Florisvaldo Fier, para não mandarmos para a fogueira, bruxas que não são bruxas. Não quero aqui defender o Presidente da TELEPAR, Paulo Cordeiro, mas não façamos dele uma nova Joana D'Arc.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção de V.Exa., mas eu em momento nenhum disse que o Presidente da TELEPAR é corrupto. Disse que circulam documentos que acusam irregularidades e que esses documentos serão encaminhados aos órgãos competentes para apurá-los. Assim como eu disse, naquela ocasião a respeito dos menores, no qual tivemos uma Comissão e gostaria que V.Exa. tomasse conhecimento, que a Polícia Federal terminou o inquérito policial e hoje está na Justiça porque havia irregularidades.

Eu pedi uma CPI na área de saúde, na qual V.Exa. estava, e estavam claras as irregularidades. Mas, o relatório da Polícia Militar está provando que há irregularidades.

Quer dizer, eu não estou dizendo, a princípio, de que há corrupção. Eu estou dizendo que foram remetidos a mim documentos, dizendo que há irregularidades. E estes documentos foram remetidos a várias pessoas. Inclusive ao Sindicato, eu conversei com eles. Vão entrar na justiça, o Sindicato dos Telefônicos. Se há problema pessoal, como disse o Deputado Nelson Justus, entre o ex-Presidente do Sindicato e o Diretor da TELEPAR, é questão pessoal deles. Agora, eu acho que como homens públicos, nós não podemos acobertar nenhu-

ma irregularidade.

É outro homem público, que ocupa cargo, como o Senhor Paulo Cordeiro, tinha que remeter a esta Casa o atendimento do pedido formulado. Porque se não atende, é o que faz o Governo do Estado: nos leva a raciocinar que é irregular, porque não quer atender aquilo que é irregular, porque não quer atender aquilo que é solicitado. O correto seria que ele nos enviasse.

Essa documentação, provavelmente vai toda ela para a Polícia Federal. Ela é que vai ter que ver, inclusive, se é possível o inquérito ou não. Se não é passível de inquérito, eu venho nesta Tribuna e digo "não abri o inquérito porque a Polícia Federal achou que não deve". Se abrir, eu passo a acompanhar, como acompanhei aquele que nós pedimos na Empresa de Correios e Telégrafos, e estive pessoalmente lá. E também solicitei um em relação a irregularidades no Hospital de Clínicas. E parece-me que serão provadas as irregularidades no Hospital de Clínicas, que nós levantamos, junto com os funcionários que lá trabalham.

Então, o papel nosso é ver se existem irregularidades e pedir a apuração pelo órgão competente. Eu espero que eles não falhem, principalmente agora, quando se fala em "passar o Brasil a limpo".

Concedo aparte ao Deputado Plauto Guimarães.

O Sr. Plauto Guimarães (Aparte) - Nobre Deputado Florisvaldo Pier, eu escuto as denúncias, hoje, no Plenário desta Assembleia Legislativa, como escuto, também, conversando com funcionário da TELEPAR e acompanhando através da imprensa paranaense, e até mesmo de nível federal, os elogios que recebe o Presidente da TELEPAR, Paulo Roberto Cordeiro.

O trabalho que vem sendo desenvolvido por esta administração, que está à frente desta empresa de economia mista, a TELEPAR, é um trabalho que nós temos é que parabenizar.

E, hoje, eu digo a V.Exa. que escuto denúncias trazidas a este Plenário, contra esta Diretoria que é muito aplaudida pelos seus funcionários, hoje, em todo o Estado do Paraná. E espero que estas denúncias cheguem ao seu fim, que a justiça faça o julgamento e que nós tenhamos um resultado de tudo isto. Porque eu tenho certeza de que esta Diretoria está desenvolvendo um bom trabalho. E estas denúncias não vão passar, meramente, de algumas denúncias.

DR. ROSINHA - Nós esperamos. Ao formular denúncias ou trazer irregularidades a conhecimento da sociedade, o que se deseja é que todos os órgãos apurem e digam se

fulano é inocente ou culpado. O que não pode é uma entidade, um órgão, uma instituição ficar envolvido numa névoa, numa penumbra de denúncias, de irregularidades, e morrer por aí. Só leva ao descrédito. Esta é a nossa função. Inclusive, eu quero dizer que quem levantou estas denúncias, também não fui eu. Não fui eu o primeiro. O Deputado Bona Turra diz que tem os documentos. Não foi ele, também, o primeiro. E também não foi o Sindicato.

Quem mostrava os primeiros documentos, na televisão, foi o Deputado Alborghetti. Foi o primeiro a mostrar documento na televisão. Basta ver a fita de seus programas.

É lógico que isso faz com que os empresários passem a procurar as pessoas que se interessarem. E quem deve ter enviado ao Deputado, enviou a mim, também. Não enviou somente a uma pessoa. Enviou ao Deputado Bona Turra. Acredito que outros Deputados também receberam.

Agora, se nós estamos recebendo é para ir atrás. Na última semana, eu falei com mais de cinco empresários da nossa Cidade, que têm a empresa citada, aqui. Muitos confirmam as irregularidades. Outras, a negam.

Então, cabe a um órgão policial apurar. E este órgão policial tem que ser a Polícia Federal, por ser a TELEPAR uma estatal federal.

Eu agradeço a atenção dos Senhores Deputados: muito obrigado. Espero que isto chegue à Polícia Federal, na semana que vem, via Sindicato, como prometeram.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Consultamos à Liderança do PDT se deseja fazer uso do seu Horário.

Concedemos a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"DOS JUÍZES AO POVO DO PARANÁ"

"Os juizes paranaenses, reunidos em Assembleia Geral, realizada no Tribunal de Justiça, considerando a conclamação feita pelo Desembargador RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA, digno Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, considerando que os pedidos de intervenção federal no Estado do Paraná, requeridos pelo Tribunal de Justiça e Ordem dos Advogados do Brasil, encontram-se sob apreciação do Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição, que certamente restabelecerá o princípio constitucional de independência e harmonia entre os poderes e o respeito a justiça paranaense; considerando a manifestação solidária da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, do Ministério Público e dos serventuários e funcionários

da Justiça e tendo em vista os interesses superiores do Povo do Paraná, destinatário maior da Justiça e razão de ser da existência do Poder Judiciário, tornam públicos seu posicionamento e suas deliberações:

1° - Reabertura de todas as serventias do foro judicial; a partir de 14 de junho/1993;

2° - Instituição de plantões judiciais, nas áreas cíveis e criminais, em todas as Seções Judiciárias do Estado;

3° - Solicitar ao Egrégio Tribunal de Alçada e Instituição de Câmara Cível e Criminal para apreciação das medidas urgentes;

4° - Manter a paralisação das demais atividades jurisdicionais até que sejam restabelecidos o primado do direito e o respeito à Justiça do Paraná;

5° - Reafirmar seu compromisso com o Povo, com a democracia e Justiça Social, e seu interesse de colocar a Justiça ao alcance de todos e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e humanas da população;

6° - Reafirmar que a independência e autonomia do Poder Judiciário é buscada, não em benefício dos juizes, mas em benefício do povo, para assegurar o estado democrático de direito e o equilíbrio social;

7° - Esclarecer à sociedade que enquanto o governador se nega a repassar ao Poder Judiciário as verbas necessárias à melhoria da prestação da Justiça, efetua gastos elevados com propaganda pessoal nos meios de comunicação;

8° - Esclarecer à população que os juizes não querem "a quebra do Estado, como diz o governador Roberto Requião de Mello". Quem quebra o Estado é o governo, com publicidade contratada sem licitação, no valor de 17,7 milhões de dólares, no ano de 1991 (Folha de São Paulo de 30/04/93);

9° - Repudiar as atitudes do governador do Estado de procurar ridicularizar e incompatibilizar os juizes perante os demais segmentos do funcionalismo público e a população do Paraná, através dos meios de comunicação, como utilização de dinheiro público, que poderia ser destinado às obras sociais do Estado, melhoria das condições de vida do povo, melhoria do serviço público e da remuneração do servidor público paranaense;

10 - Esclarecer ao povo que os juizes também lutam por uma política salarial que procure reduzir as perdas decorrentes da inflação. O governador deve cumprir o que fala na imprensa, repassando ao Judiciário o mesmo percentual de reajuste geral concedido ao funcionalismo público, a partir de julho/1992 (houve um acordo entre o

Executivo e o Judiciário para fixação dos vencimentos dos magistrados);

11 - Esclarecer que a equivalência com os Deputados refere-se somente aos Desembargadores e à parte fixa da remuneração, sem incluir as verbas pessoais dos parlamentares (assistência social, telefone, correio, etc.);

12 - Esclarecer que o governador Roberto Requião de Mello tem razão de estar contente, como afirma na imprensa, com seu salário, igual ao de desembargador, pois "as suas despesas, desde que acorda até a hora de dormir, são pagas pelos cofres públicos com o nosso penoso dinheiro" (Jornal do Estado 14/02/93);

Já os juizes pagam todas suas despesas, compram seus livros, máquinas e instrumentos de trabalho, com seu próprio salário.

13 - Reafirmar que salário condigno à situação profissional é direito de todo trabalhador brasileiro e fator de promoção da dignidade humana e de Justiça social;

14 - Reafirmar ao Desembargador RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA, Presidente de nosso Tribunal de Justiça, o profundo respeito e solidariedade dos juizes do Paraná, pela sua firmeza e dignidade na defesa da independência do Poder Judiciário do Paraná.

15 - Finalmente, agradecer ao Povo do Paraná pela grandeza de compreender e respeitar a causa dos juizes, e a todas as pessoas e entidades que apresentaram manifestações de apoio e solidariedade.

Curitiba, 07 de junho de 1993.

(a) LUIZ CÉZAR OLIVEIRA

Associação dos Magistrados do Paraná
Presidente

Esta é a carta que a partir de hoje está sendo distribuída à imprensa do Paraná, à sociedade paranaense, ao povo de um modo geral, dando satisfações, através da Associação dos Magistrados, das posições tomadas em Assembléia realizada anteontem e ontem mais uma vez e dando o conhecimento da reabertura de todas as serventias do foro judicial a partir do próximo dia 14 e também, da instituição dos plantões judiciais nas áreas cíveis e criminais de todas as seções judiciárias do Estado do Paraná.

A Associação também faz, ainda na sequência, uma série de comentários de atitudes de posições do Governo do Estado que na verdade, neste momento para nós pouco faz sentido porque tudo que se coloca aqui atrás no complemento dessa carta ao povo do Paraná já foi por vários Deputados aqui na Assembléia denunciado da situação, das posições tomadas pelo Senhor Governador.

O que importa neste momento é compreender esse momento de grandeza do nosso

Judiciário apesar de todos os ataques, apesar da teimosia do Governador do Estado do Paraná de que eles estão voltando ao trabalho por honra do povo do Paraná, porque se dependesse de entendimento com o Governador do Estado do Paraná, certamente isso não aconteceria e essa greve poderia se estender por muito mais tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Consulta a liderança do PMDB.

Havendo declinado, consulta a liderança do PSDB.

Havendo declinado, consulta a liderança do BPI.

Havendo declinado, consulta a liderança do PTB.

Havendo declinado, consulta a liderança do PFL.

Havendo declinado, consulta a liderança do PP.

Havendo declinado, consulta a liderança do PL.

Encerrado o Horário do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 1143/93, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, bem como a justificativa, referente à adaptação na estrutura de cargos do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas. - À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício n° 2064/93, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 09 do corrente mês, em virtude de compromissos em sua região. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando autorização para viagem ao exterior, pelo prazo de 05 (cinco) dias, a partir desta data, sem ônus para este Poder. - Aprovado.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Ernani Puddell e Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados João Iensen e Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 074/93, de autoria do Deputado Ernani Puddell e outros, que dispõe sobre a criação de "Programa Emergencial de Saneamento Básico", no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 089/92, de autoria do Deputado João Arruda e outros, que autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento dos salários dos servidores absorvidos pelas Prefeituras através de Convênios com a FUNDEPAR. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J. e FAVORÁVEIS da C.F. e C.E.. (Publ. no D.A. n° 33, de 09.04.92.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 089/92

P A R E C E R:

Iniciativa do nobre Deputado João Arruda o Projeto de Lei em exame autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento dos salários dos servidores absorvidos pelas prefeituras através de convênios com a FUNDEPAR.

A proposição foi encaminhada em diligência junto à Secretaria de Estado da Administração para que a mesma se pronunciasse sobre o assunto.

Em resposta a este Poder Legislativo aquela Secretaria se posicionou contrariamente à matéria por considerá-la inconstitucional.

Com efeito, o artigo 66, incisos I e II, determina que é prerrogativa do Poder Executivo a iniciativa de proposição que tratem do seu quadro fundacional.

Assim sendo, em que pese a medida proposta ser meramente autorizatória, emito parecer contrário à ela, manifestando-me pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 089/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado João Arruda que chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento dos salários dos servidores absorvidos pelas Prefeituras através de convênios com a Fundação Educacional do Estado do Paraná FUNDEPAR.

Tendo sido apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça o mesmo recebeu parecer desfavorável da mesma, alegando se:

a matéria inconstitucional.

Analisando-se a matéria, entendemos que uma possível sanção governamental pode acabar com o aludido vício constitucional.

Não obstante as referidas colocações, no âmbito desta Comissão, o presente projeto é altamente meritório, tendo em vista que quase a totalidade dos municípios do Estado sofrem com esta situação, que agrava ainda mais as dificuldades financeiras por que passam as Prefeituras.

Por estas razões opinamos pelo encaminhamento do Projeto para discussão em Plenário.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 12.05.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N° 089/92

P A R E C E R:

O nobre parlamentar propõe Projeto de Lei que visa autorizar o Poder Executivo a efetuar o pagamento dos salários dos servidores absorvidos pelas Prefeituras através de Convênios com a FUNDEPAR.

De acordo com a competência atribuída a esta Comissão pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, § 7° do art. 33, não encontramos óbices para a tramitação do presente.

Diante do exposto, somos de Parecer favorável, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.93.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

A mesa solicita atenção dos Senhores Deputados que esta matéria recebeu parecer contrário da CCJ e favoráveis das Comissão de Finanças e da Comissão de Educação. Neste sentido em se tratando em 1ª discussão quando se analisa a constitucionalidade a votação do projeto será de maneira inversa. O projeto está em discussão. Em votação. Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em discussão. Em votação. Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se. Está rejeitado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 429/92, de autoria do Sr. Deputado DOMINGOS CARVALHO, que autoriza o Poder Executivo a transferir o Hospital Bom Jesus ao Município de Castro. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 182, de 14.12.92.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 429/92

P A R E C E R:

Curitiba, quarta, em 09.06.93

De autoria do nobre Deputado Domingos Carvalho, o Projeto de Lei n° 429/92, ora sendo examinado por esta Comissão de Constituição e Justiça, constatamos que o presente plano de Lei, visa autorizar o Poder Executivo, a transferir ao Município de Castro, o Hospital Bom Jesus, pertencente à Fundação Caetano Munhoz da Rocha, incluindo-se nesta transferência os bens imóveis, semoventes, instalações e equipamentos, pertencentes ao referido Hospital.

Com a medida proposta pelo presente plano de lei reveste-se de cunho meramente autorizatório, esta Comissão de Constituição e Justiça, emite o seu parecer FAVORÁVEL, à transferência pretendida.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 429/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 429/92, de autoria do ilustre parlamentar Domingos Carvalho, na oportunidade em trâmite por esta Comissão para análise, autoriza o Poder Executivo a transferir ao Município de Castro o Hospital Bom Jesus, pertencente a Fundação Caetano Munhoz da Rocha, bem como todos os seus bens imóveis, semoventes, instalações e equipamentos, pertencentes ao referido Hospital.

A matéria já mereceu por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça, parecer favorável, por revestir-se a iniciativa de cunho meramente autorizatório.

Este relator, não encontrando óbice algum, emite o seu parecer FAVORÁVEL:

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 429/92

P A R E C E R:

De autoria do Nobre Deputado Domingos Carvalho, o Projeto de Lei em tela, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a transferir ao Município de Castro, o Hospital Bom Jesus, pertencente a Fundação Caetano Munhoz da Rocha, incluindo-se nesta transferência os bens móveis, semoventes, instalações e equipamentos pertencentes ao referido hospital.

A matéria foi analisada anteriormente nos pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, que pronunciaram-se favoráveis à aprovação da mesma.

Neste sentido, esta douta Comissão de Saúde Pública, chamada a opinar, vem seguir o entendimento das Comissões supra-

-citadas, manifestando-se favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
SEVERINO FÉLIX - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 053/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, que altera artigos do Decreto n° 3926, de 17.10.88, e dá outras providências (SANEPAR). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Public. no D.A. n° 11 de 08.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 053/93

P A R E C E R:

O nobre Deputado Carlos Simões vem apresentar Projeto de Lei objetivando alterar a legislação que trata da tarifação dos serviços prestados pela SANEPAR.

Como os Artigos 53 e 65, da Constituição Estadual, asseguram à Assembléia Legislativa e aos seus Membros a discussão e a iniciativa das matérias de competência do Estado, a presente Proposição está em condições de ser aprovada pela Casa.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 053/93

P A R E C E R:

De autoria do Nobre Deputado Carlos Simões, objetiva o ora mencionado Projeto de Lei, a alteração de artigos do Decreto n° 3926, de 17.10.88, e dá outras providências.

O Projeto em questão mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Não é de competência desta Casa de Leis, promover a alteração de Decretos do Poder Executivo, cabendo a este promover as alterações que julgar necessárias.

Acontece porém, que pelo mérito da questão o projeto mereceria ser aprovado por esta Casa. Deste modo, o nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo em plenário, com o intuito de que seja encaminhada pelo seu autor, sugestão ao Chefe do Poder Executivo, consubstanciada no objeto da proposição ora em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.93

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez)

sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei n° 053/93.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimento n° 1791, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1788, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1745 a 1754, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1755, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1756, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1757 a 1766, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1770, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1797, 1798, 1796, 1771, 1772, 1773, 1774, 1775, 1776, 1778, 1779, 1780, 1781, 1782, 1783, 1784, 1785, 1786 e 1787 de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1793 e 1794, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1795, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1790, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1725, de autoria dos Srs. Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Especial para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, quando estará presente o Deputado Federal Delcino Tavares, para esclarecimentos referente Área de Saúde.

Marca ainda uma Sessão Ordinária para

terça-feira, dia 15, à hora regimental com
a seguinte

395/92, 013/93, 040/93, 119/93,
145/93, 146/93, 147/93, 170/93, 176/93, e
185/93.

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°
429/92.

E do Projeto de Lei Complementar n°
023/93

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s

Levanta-se a sessão.